

PARECER Nº 981/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo: 37.799/2025

Assunto: Projeto de Resolução que institui o projeto “Câmara vai à escola”, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Cuiabá – MT.

Autoria: MESA DIRETORA

I - RELATÓRIO

A autora da proposição esclarece que a iniciativa tem a finalidade de despertar o interesse dos estudantes pela política local, promover o conhecimento sobre o funcionamento da Câmara Municipal e incentivar a participação ativa e consciente na vida pública.

Esclarece que a aproximação entre o Poder Legislativo e os estudantes contribui para formação cidadã, ao promover o entendimento sobre o funcionamento das instituições democráticas desde a base escolar. Que a escola, como espaço privilegiado de construção do conhecimento, oferece condições propícias para iniciar o diálogo sobre política, estimulando o pensamento ético, crítico e participativo entre os jovens.

É o relatório.

II – EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O Processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplina o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

A **Mesa Diretora da Câmara** é o órgão responsável por dirigir os trabalhos de seus membros, no caso os parlamentares, nas funções típicas de legislar e fiscalizar; e atípicas, na administração e gestão de pessoal, conforme previsto na **Lei Orgânica Municipal**:

Art. 15. *A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara e compõe-se de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, e dentre outras atribuições, compete:*

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

(...).



Art. 16. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

(...);

III – fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as Resoluções e Decretos Legislativos;

Art. 23. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...);

IV – resoluções;

Art. 30. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

A propósito do tema colacionamos a seguir o ensinamento do consagrado Hely Lopes Meirelles:

“Resolução é deliberação do plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da câmara, promulgada por seu presidente. Não é lei, nem simples ato administrativo, é deliberação político-administrativa. Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeita a sanção e veto do Executivo. Presta-se à aprovação do Regimento Interno da Câmara; criação, transformação e extinção dos cargos e funções e fixação da respectiva remuneração; concessão de licença a vereador; organização dos serviços da Mesa; e regência de outras atividades internas da Câmara”. (MEIRELLES, H.L., Direito Municipal Brasileiro, 17 ed. São Paulo: Malheiros, p. 686/687) [Destacamos]

Portanto, não resta nenhuma dúvida sobre a iniciativa da Mesa Diretora no que se refere à instituição do referido projeto.

2. REGIMENTALIDADE.

Neste aspecto dispõe o Regimento da Câmara Municipal, Resolução nº 008/2016:

Art. 49. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

I – opinar em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

(...)

IV – manifestar-se sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e



oportunidade, nos seguintes casos:

a) organização administrativa e de pessoal da Prefeitura e da Câmara;

(...)

O projeto atende as exigências regimentais.

3. REDAÇÃO.

O Projeto não atende totalmente as exigências estabelecidas na **Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998**, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Dessa forma, após os incisos devem ser usadas letras minúsculas e no projeto constam letras maiúsculas, devendo ser corrigido, para que se atenda á técnica legislativa.

III - CONCLUSÃO

O projeto atende aos requisitos de legalidade e constitucionalidade, tanto material como formalmente, sendo que a matéria está inserida no campo da autonomia de gestão administrativa desta Casa.

Dessa maneira, opinamos pela aprovação com emenda de redação.

IV - VOTO

Voto do relator pela aprovação com emenda de redação.

Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360033003700360031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 14/12/2025 10:55

Checksum: **61E738C8EE1C9CC0F67F4D1B049243EB215D25F05B4BDB06B2B8B6857B61B3D8**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360033003700360031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.